

LUÍZ TAJES



Como se estivessem prontos para uma operação de guerra, os índios cercaram o Palácio do Planalto

Governo quer estado de defesa na área Yanomami

O Governo pode decretar estado de defesa nas áreas Yanomami, em Roraima, que foram invadidas por mais de 40 mil garimpeiros. A medida, segundo o ministro da Justiça, Saulo Ramos, servirá de base para solucionar os problemas enfrentados pelos índios daquela região. Antes de a decisão ser tomada, e enviada ao Congresso Nacional, Saulo pretende ouvir vários segmentos da sociedade.

Para formalizar isto, ele marcou uma reunião, no próximo dia 27, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados (OAB), líderes sindicais, políticos e entidades ligadas aos direitos humanos. "Vamos discutir os sérios problemas de violência de um modo geral e, particularmente, a questão dos índios Yanomami", ressaltou o ministro.

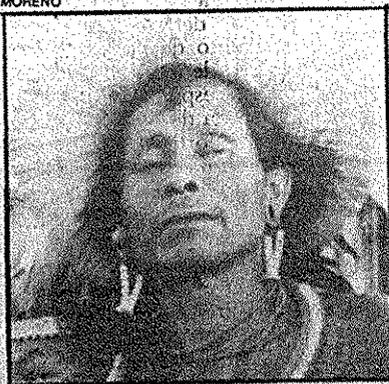
Segundo Saulo Ramos, a única forma eficaz de acabar definitivamente com a violência é a decretação do estado de defesa. Neste sentido, ele já recomendou ao Conselho dos Direitos da Pessoa Humana estudar projeto sobre o assunto. No encontro, o ministro mostrará aos representantes das entidades o quan-

to o estabelecimento do estado de defesa, em algumas regiões do País, é fundamental.

PROTESTO

O aparato militar utilizado pelo ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência, Rubem Bayma Denys, para impedir a entrada dos líderes de nações indígenas que queriam falar com o presidente Sarney ontem, mais parecia uma operação

MORENO



Índio a caráter no protesto

de guerra. O Palácio do Planalto foi cercado por dezenas de policiais da Polícia Militar e do BGP — Batalhão de Guarda do Planalto, armados de baionetas, fuzis, bombas de gás lacrimogênio (que não chegaram a ser usadas) e cachorros. Todas as entradas do edifício foram bloqueadas.

A "operação" teve início quando dezenas de índios, pintados e vestidos de acordo com a tradição de suas tribos, iniciaram protesto em frente ao Palácio do Planalto, portando cartazes de protesto dançaram e cantaram durante cerca de quarenta minutos na praça dos Três Poderes. "Deixem os Yanomami viver", "Pela retirada dos garimpeiros das terras Yanomami", "Sarney cumpra a Constituição e revogue os decretos genocidas", foram alguns dos dizeres dos cartazes usados na manifestação.

Quatro viaturas da Patama — Policiamento Tático Móvel — da Polícia Militar, que se encontravam acostadas na lateral da praça impediram que os índios cruzassem a rua e chegassem à calçada do Palácio do Planalto.

Questão mineral amplia desentendimento

EXPEDITO PERÓNICO
Correspondente

Boa Vista — A questão mineral em Roraima está próximo de fazer mais uma ferida no relacionamento entre governo federal e garimpeiros. Ameaçados de serem expulsos das áreas de garimpo habitadas pelos índios Yanomami, os mineradores agora acusam a Parapanema de estar tramando em gabinetes de Brasília o fim da exploração de ouro na reserva do Surucucús para no futuro se apossar das minas de cassiterita.

Na província estanífera do Parapanema, só no lado brasileiro, estão armazenados 200 mil toneladas de estanho aluvionar, sem considerar o primário, ou 300 mil toneladas de cassiterita num teor de 75 por cento. É o mesmo potencial de Pitinga no Amazonas e Bom Futuro em Rondônia as duas grandes províncias controladas pela Parapanema, o gigante mundial do setor que sozinha exporta por ano, em sistema de cotas, 20 mil toneladas de estanho para vários países.

E justamente esse acordo de cotas aprovado sob pressão da Parapanema no governo do presidente Ernesto Geisel que vem provocando a fúria de outros pequenos e médios mineradores que juntos não alcançam a metade da quantidade exportada pela empresa.

OPOSIÇÃO

"Nós somos contra a validade desse acordo porque o Brasil tem que adotar o sistema de livre mercado. O acordo de cotas não deve existir porque além de ser contra a ideologia de um país capitalista, prejudica o desenvolvimento do setor mineral", protesta o líder minerador José Altino Machado, fundador da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal).

Altino disse ontem que o acordo de cotas está por um fio e se depender do Sindicato dos Produtores de Estanho ele deve deixar de existir e denunciou que temendo perder o monopólio da exportação, a Para-

panema esta tentando pressionar novamente o governo a manter o acordo por um período não determinado.

A reunião no Itamarati aconteceu terça-feira sob um clima tenso porque dois órgãos de peso nessa questão deixaram de votar o acordo: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Carteira do Comércio Exterior (Cacex). Votaram a favor da permanência do acordo de cotas de exportações a Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Sadem) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O Ibama não quer se envolver na questão e a Cacex disse que nada tem a ver com a exploração do minério e sua exportação.

"Se o Brasil permitir que a Parapanema continue com o domínio de cotas, equivale dizer que o governo federal fecha a porta para os ladrões de fora mas abre para os de casa roubarem melhor", desabafa José Altino Machado. "A mineradora está forçando os órgãos de governo a votar a questão em seu favor.